

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TJRS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE ESTÁGIO
EDITAL Nº 001/2025

A Comissão de Supervisão de Estágio, Residência Jurídica e Serviço Voluntário (CSERJSV) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) torna público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições, na forma deste Edital, para Processo de Seleção de Candidatos ao Programa de Estágios do Poder Judiciário. O Processo Seletivo Público de Estágio, sob a coordenação técnico-administrativa do Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul – CIEE RS, reger-se-á pelas disposições contidas na Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 27/2023 - Órgão Especial, e demais normas que versem sobre os benefícios dos estagiários, bem como o Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Processo Seletivo Público de Estágio destina-se ao preenchimento, por estudantes de Nível Médio/Técnico, Superior e Pós-Graduação, de Cadastro de Reserva pelo TJRS, conforme Item 6 deste Edital.
- 1.2.** O estagiário obrigará-se-á, mediante assinatura de Termo de Compromisso de Estágio (TCE), a cumprir as condições estabelecidas para o estágio.

2. DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS

- 2.1.** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS.
- 2.2.** A carga horária mínima do estágio é de 3 (três) horas diárias, de segunda a sexta-feira, até o limite de 15 (quinze) horas semanais e a carga horária máxima é de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, até o limite de 30 (trinta) horas semanais, observado o horário de funcionamento de cada unidade do TJRS e desde que compatível com os horários escolares.
- 2.3.** A duração do estágio observará os seguintes critérios: períodos de 06 (seis) meses prorrogáveis até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a critério do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS.
- 2.4.** O candidato que já tiver realizado estágio junto ao Poder Judiciário do Rio Grande do Sul terá o tempo de estágio computado no mesmo nível na contagem do prazo descrito no subitem 2.3.
- 2.5.** Aplica-se aos Programas de Estágio o disposto na Resolução CNJ nº 336, de 29 de setembro de 2020, que dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário Nacional.
- 2.6.** Aplica-se aos Programas de Estágio o disposto no art. 17, §5º da Lei 11.788/2008 que dispõe sobre a promoção de cotas para pessoas com deficiência.
- 2.7.** Os estagiários deverão receber orientações teóricas e práticas sobre a atuação no Poder Judiciário (PJRS) ao longo do programa, bem como participar também de atividades e eventos acadêmicos realizados pelo Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário (CJUD) - Plano de Capacitação.
- 2.7.1.** Para fins de continuidade no estágio, o estudante deverá cumprir com o Plano de Capacitação do Poder Judiciário durante o horário do expediente, que inclui 60 (sessenta) horas-aula no primeiro semestre, 65 (sessenta e cinco) horas-aula no segundo semestre de estágio e 30 (trinta) horas-aula nos demais semestres em que houver vínculo de estágio, conforme Trilha Formativa disponibilizada pelo Centro de Formação e de Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário (CJUD).
- 2.8.** Os estagiários não poderão exercer atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciárias e policiais durante a vigência do Programa de Estágio.



2.9. Os estagiários não poderão exercer atividades de juiz leigo e de conciliador e mediador dos juizados especiais.

2.10. O estagiário estará segurado contra acidentes pessoais durante a vigência do respectivo Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

3. DAS FASES

3.1. As seguintes fases deverão ser realizadas dentro dos prazos previstos neste Edital pelos candidatos:

3.2. Do Cadastro no Portal do CIEE-RS;

3.3. Da Inscrição no Processo Seletivo Público de Estágio;

3.4. Da Prova Objetiva *Online* - caráter classificatório e eliminatório.

4. BOLSA-AUXÍLIO, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-TRANSPORTE

4.1. O PJRS concederá mensalmente bolsa-auxílio aos estagiários, conforme número de horas trabalhadas, bem como auxílio-transporte e auxílio-alimentação. O valor pago a título de auxílio-transporte será referente à concessão de 2 (duas) passagens por dia de efetivo estágio, tendo como referência os valores estabelecidos no Município de Porto Alegre, a ser pago juntamente com a bolsa-auxílio do período.

4.2. É vedada a concessão de bolsa-auxílio de estágio a servidor público.

4.3. A título de exemplo, os valores praticados pelo Programa de Estágios, considerando 22 dias úteis, são os seguintes:

	Valor previsto da bolsa auxílio	Valor previsto do auxílio alimentação	Valor previsto do auxílio transporte	Valor previsto Final Mês*
Nível Médio	R\$ 5,36	R\$ 41,93	R\$ 9,60	R\$ 1.841,18
Nível Superior	R\$ 10,26	R\$ 41,93	R\$ 9,60	R\$ 2.487,98
Nível Pós-Graduação	R\$ 15,38	R\$ 41,93	R\$ 9,60	R\$ 3.163,82

*considerando-se 22 dias úteis.

4.3.1. A bolsa-auxílio não tem incidência de encargos, como INSS e FGTS. Entretanto, se a bolsa-auxílio atingir o teto para tributação de Imposto de Renda na fonte, o imposto será descontado do estagiário e repassado para Receita Federal do Brasil.

5. REQUISITOS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIOS

5.1. São requisitos para a participação no Programa de Estágios, além do atendimento ao previsto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, no edital de abertura e nos demais regulamentos que o integram:

- a. Ter sido aprovado neste Processo Seletivo Público de Estágio;
- b. Possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, no momento da inscrição;
- c. Possuir inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- d. Estar no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- e. Não estar sob os efeitos de sentença condenatória criminal transitada em julgado;



- f. Não exercer atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciárias ou policiais ou prestar quaisquer serviços a escritório de advocacia, ou, ainda, no caso de candidato advogado, estar licenciado do exercício da advocacia, conforme certidão emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- g. **Obter consulta favorável do Serviço de Inteligência do Judiciário (SIJ);**
- h. Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio, a instituição de ensino e o Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul (CIEE-RS);
- i. Tratando-se de estagiário **menor de 18** (dezoito) anos, o Termo de Compromisso de Estágio deverá ser assinado também pelo seu responsável legal.
- j. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE);
- k. Inexistir impedimento, por parte da Instituição de Ensino, à prática do estágio curricular;
- l. Estar matriculado em turno cujo horário das aulas e de outras práticas acadêmicas permitam o desenvolvimento das atividades do estágio. Será excluído do Processo Seletivo Público de Estágio o candidato cujo horário das atividades estudantis for incompatível com o horário do estágio;
- m. Fica **vedado** ao estudante o início das atividades antes do prazo de vigência estipulado no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e antes da assinatura e entrega do TCE por todas as partes envolvidas.

6. REQUISITOS ESPECÍFICOS AOS CURSOS E GRUPOS

6.1. São requisitos para o desenvolvimento das atividades de estágio:

- a. Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela Instituição de Ensino;
- b. O Curso Superior em que o candidato estiver matriculado deverá ser reconhecido pelo Ministério da Educação.
- c. Para os candidatos do **GRUPO I - GRADUAÇÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da área administrativa:

GRUPO I - GRADUAÇÃO - ÁREA ADMINISTRATIVA
ADMINISTRAÇÃO - LF EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
ADMINISTRAÇÃO - LF INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
ADMINISTRAÇÃO - LF MARKETING
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO PESSOAL E RECURSOS HUMANOS
LETRAS
PROCESSOS GERENCIAIS
SECRETARIADO
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
GESTÃO PÚBLICA
PEDAGOGIA
ESTATÍSTICA



- d. Para os candidatos do **GRUPO II - GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da área jurisdicional:

GRUPO II - GRADUAÇÃO - ÁREA JURISDICIONAL
CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DIREITO
SERVIÇOS JURÍDICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS
SERVIÇOS JURÍDICOS
CRIMINOLOGIA
GESTÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS
GESTÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E NOTARIAIS
GESTÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO

- e. Para os candidatos do **GRUPO III - (ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos na área da Psicologia ou Serviço Social:

GRUPO III - GRADUAÇÃO - ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO
PSICOLOGIA
PSICOLOGIA E CRIMINOLOGIA
PSICOLOGIA JURÍDICA
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
SERVIÇO SOCIAL

- f. Para os candidatos do **GRUPO IV - GRADUAÇÃO (ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos na área de Tecnologia da Informação:

GRUPO IV - GRADUAÇÃO - ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
ENGENHARIA DE SOFTWARE
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
TECNOLOGIA EM DEFESA CIBERNÉTICA
TECNOLOGIA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
ANÁLISE DE DADOS

- g. Para os candidatos do **GRUPO V - GRADUAÇÃO (ÁREA DE INFRAESTRUTURA)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos na área da Arquitetura ou Engenharia:



GRUPO V - GRADUAÇÃO - ÁREA DE INFRAESTRUTURA
ARQUITETURA E URBANISMO
ENGENHARIA AMBIENTAL
ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIA DE ENERGIA
ENGENHARIA MECÂNICA

- h. Para os candidatos do **GRUPO VI - GRADUAÇÃO (ÁREA DE ARQUIVOS)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo:

GRUPO VI - GRADUAÇÃO - ÁREA DE ARQUIVOS
ARQUIVOLOGIA
BIBLIOTECONOMIA
HISTÓRIA
MUSEOLOGIA

- i. Para os candidatos do **GRUPO VII - GRADUAÇÃO (ÁREA DE COMUNICAÇÃO)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos na área da Comunicação:

GRUPO VII - GRADUAÇÃO - ÁREA DE COMUNICAÇÃO
CIÊNCIAS SOCIAIS
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS
DESIGN
DESIGN - LF EM DESIGN DE PRODUTO
DESIGN GRÁFICO
JORNALISMO
LF EM DESIGN DE COMUNICAÇÃO
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
RELAÇÕES PÚBLICAS
SISTEMAS PARA INTERNET

- j. Para os candidatos do **GRUPO VIII - GRADUAÇÃO (ÁREA DA SAÚDE)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível Superior (**Bacharelado ou Tecnológico**) nos cursos da tabela abaixo:

GRUPO VIII - GRADUAÇÃO - ÁREA DA SAÚDE
ENFERMAGEM
SAÚDE COLETIVA
FARMÁCIA

- k. Para os candidatos do **GRUPO IX – ENSINO MÉDIO/TÉCNICO**: possuir mais de 16 (dezesesseis) anos, estar matriculado a partir do 1º semestre – em se tratando de técnico - e estar matriculado a partir do 1º ano – em se tratando de nível médio, observados os requisitos do curso/escola, e com



frequência regular em cursos de ensino médio e ensino profissionalizante (**técnico**), conforme tabela abaixo. As atividades dos estagiários dos cursos técnicos devem ser compatíveis com a área do curso realizado.

GRUPO IX - ENSINO MÉDIO/TÉCNICO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ENSINO MÉDIO
ENSINO MÉDIO - EJA
ENSINO MÉDIO INTEGRADO
TÉC. EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
TÉCNICO EM INFORMÁTICA
TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET
TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS
TÉCNICO EM SECRETARIADO
TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS

- I. Para os candidatos do **GRUPO X - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Administrativa:

GRUPO X - PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA ADMINISTRATIVA
LICITAÇÕES E CONTRATOS
LOGÍSTICA
GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLADORIA
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
PERÍCIA CONTÁBIL
POLÍTICAS PÚBLICAS
PROCESSOS GERENCIAIS
PROTEÇÃO DE DADOS: LGPD & GDPR
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

- m. Para os candidatos do **GRUPO XI - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL CÍVEL)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdicional Cível:

GRUPO XI - PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA JURISDICIONAL CÍVEL
ADVOCACIA CÍVEL
ADVOCACIA CONTENCIOSA CÍVEL
CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS À ADVOCACIA PRIVADA
DIREITO ADMINISTRATIVO



DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO
DIREITO CIVIL
DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL E PÚBLICO
DIREITO DA PROTEÇÃO E USO DE DADOS
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL - PREVIDENCIÁRIO E PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA
DIREITO DE PROCESSO CIVIL
DIREITO DE TRÂNSITO
DIREITO DIGITAL
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO
DIREITO E JURISDIÇÃO, APLICADA À MAGISTRATURA
DIREITO E PROCESSO CIVIL: TEMÁTICAS ATUAIS
DIREITO E PROCESSO CONSTITUCIONAL
DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
DIREITO PRIVADO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ÁREA DE CONHECIMENTO - NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO DE EXECUÇÃO
DIREITO SISTÊMICO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO
DIREITOS FUNDAMENTAIS, FRONTEIRAS E JUSTIÇA
IMERSÃO EM PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD
DIREITO E PRÁTICA CONSTITUCIONAL
DIREITO (CÍVEL)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADO
PROCESSO CIVIL

- n. Para os candidatos do **GRUPO XII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO DA FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdicional Cível:

GRUPO XII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO DA FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE)
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DIREITO DE FAMÍLIA



DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
DIREITOS HUMANOS
DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS SOCIAIS
DIREITOS HUMANOS E RESSOCIALIZAÇÃO
DIREITO DA CRIANÇA, JUVENTUDE E IDOSOS
PRÁTICA EM ADVOCACIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

- o. Para os candidatos do **GRUPO XIII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO EMPRESARIAL)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdicional Cível:

GRUPO XIII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO EMPRESARIAL)
ADVOCACIA EM DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E PROCESSO
ADVOCACIA EM DIREITO DOS CONTRATOS, EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE CIVIL
CONTRATOS, EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE CIVIL
DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS
DIREITO BANCÁRIO: BANCOS, FINTECH, OPEN BANKING E O DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO CIVIL - ÁREA DE CONHECIMENTO - NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
DIREITO CIVIL - TEORIA GERAL E CONTRATOS
DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR
DIREITO CIVIL E DIREITO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DIREITO CIVIL: NEGÓCIOS, OBRIGAÇÕES E CONTRATOS
DIREITO CONTRATUAL
DIREITO DO AGRONEGÓCIO
DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO EMPRESARIAL
DIREITO EMPRESARIAL E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
DIREITO EMPRESARIAL, PROCESSO E CIVIL
DIREITO IMOBILIÁRIO
ADVOCACIA CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE CIVIL

- p. Para os candidatos do **GRUPO XIV - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO PÚBLICO)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdicional Cível:

GRUPO XIV - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL DIREITO PÚBLICO)
ADVOCACIA DA FAZENDA PÚBLICA
CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS À ADVOCACIA PÚBLICA
CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS AOS TRIBUNAIS ESTADUAIS
DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL
DIREITO PÚBLICO
DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES



DIREITO PÚBLICO E GESTÃO FINANCEIRA
DIREITO PÚBLICO: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO
DIREITO DO ESTADO

- q. Para os candidatos do **GRUPO XV - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICCIONAL CRIMINAL)**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdiccional Criminal:

GRUPO XV - PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA JURISDICCIONAL CRIMINAL
ADVOCACIA CRIMINAL
CIÊNCIAS CRIMINAIS
CIÊNCIAS CRIMINAIS E INTERSECCIONALIDADES
CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
CRIMINOLOGIA
DIREITO E PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO
DIREITO PENAL
DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL
DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL APLICADOS
DIREITO PENAL MILITAR
DIREITO PROCESSUAL PENAL
DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO APLICADO
JURISPRUDÊNCIA PENAL
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
TRIBUNAL DO JÚRI
TRIBUNAL DO JÚRI E EXECUÇÃO CRIMINAL
TRIBUNAL DO JÚRI E EXECUÇÃO PENAL
DIREITO (CRIMINAL)

- r. Para os candidatos do **GRUPO XVI - PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO**: Estar matriculado a partir do 1º semestre, observados os requisitos da Universidade, e com frequência regular, em cursos de Nível de pós-graduação (**Especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado**) nos cursos da tabela abaixo e/ou cursos análogos da Área Jurisdiccional Criminal:

GRUPO XVI - PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

7. DA VALIDADE DO EXAME DE SELEÇÃO

7.1. O exame de seleção terá validade de 6 (seis) meses a contar da data de publicação da homologação do final do processo seletivo público de estágio, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez por igual período.

8. DA EXECUÇÃO DO CERTAME

8.1. A elaboração, a aplicação, a correção, a identificação das provas bem como a classificação ficará a cargo do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE-RS.



8.2. A aplicação das provas será acompanhada por fiscais da Comissão de Processos Seletivos Públicos do CIEE-RS de forma síncrona.

8.3. Eventuais intercorrências na aplicação da prova serão submetidas à análise da Comissão de Processos Seletivos Públicos do CIEE-RS que deliberará em decisão motivada.

9. DAS VAGAS

9.1. O Processo Seletivo Público de candidatos ao Programa de Estágios disponibiliza vagas para **Cadastro Reserva** em todas as Comarcas do Estado do Rio Grande do Sul durante o prazo de validade do Processo Seletivo para estágio de **Nível Médio/Técnico**, estágio de **Nível Superior** nas áreas **Administrativa e Jurisdicional** e estágio de **Nível de Pós-graduação** nas áreas **Jurisdicional Cível; de Direito de Família, Sucessões, Infância e Juventude; de Direito Empresarial; de Direito Público e Jurisdicional Criminal**. Os aprovados serão chamados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, conforme lista de classificação.

9.2. Para atuação na **Cidade de Porto Alegre**, haverá a disponibilização de vagas para **Cadastro Reserva** nos estágios elencados no item 9.1 e também para estágio de **Nível Superior** nas áreas do **Comportamento Humano, Tecnologia da Informação, Infraestrutura, Arquivos, Comunicação, Saúde**, e estágio de **Nível de Pós-graduação** nas áreas **Administrativas e de Comportamento Humano**.

9.3. Do total de vagas anunciadas, serão reservados 10% (dez por cento) às Pessoas com Deficiência e 30% (trinta por cento) às Pessoas Negras. As vagas reservadas às Pessoas com Deficiência e às Pessoas Negras, que não forem preenchidas, serão revertidas aos demais candidatos de ampla concorrência, observada rigorosamente a ordem de classificação.

9.4. O candidato, no ato da inscrição, deverá informar para qual Comarca/Cidade está se inscrevendo, conforme item 9.6 deste Edital.

9.5. Ao escolher a opção **Porto Alegre**, o candidato estará apto para estagiar em qualquer Unidade descentralizada do Tribunal de Justiça localizada na cidade de Porto Alegre, inclusive o Foro Central e os Foros Regionais de Porto Alegre, abrangendo as seguintes unidades: Tribunal de Justiça, Palácio da Justiça, Departamento de Arquivos, Departamento de Material e Patrimônio, Foro Central (Prédios I e II), Foros Regionais (Restinga, Tristeza, Alto Petrópolis, Partenon e Sarandi), entre outras unidades vinculadas ao Poder Judiciário na cidade de Porto Alegre.

9.6. Segue a tabela de Comarcas disponíveis para inscrição no Programa de Estágios:

Tabela de Comarcas:

Região	Comarca/Cidade
1ª e 2ª REGIÕES (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FORO CENTRAL, FOROS REGIONAIS DE POA, UNIDADES DESCENTRALIZADAS DO TJRS)	PORTO ALEGRE
	ALVORADA
3ª REGIÃO	BARRA DO RIBEIRO
	CACHOEIRINHA
	CAPÃO DA CANOA
	ELDORADO DO SUL
	GRAVATAÍ
	GUAÍBA
	MOSTARDAS



4ª REGIÃO	OSÓRIO
	PALMARES DO SUL
	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
	TERRA DE AREIA
	TRAMANDAÍ
	TORRES
	VIAMÃO
	ARROIO GRANDE
	BUTIÁ
	CAMAQUÃ
	CANGUÇU
	CHARQUEADAS
	GENERAL CÂMARA
	HERVAL
	JAGUARÃO
	PEDRO OSÓRIO
	PELOTAS
	PINHEIRO MACHADO
	PIRATINI
	RIO GRANDE
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	
SÃO JERÔNIMO	
SÃO JOSÉ DO NORTE	
SÃO LOURENÇO DO SUL	
TAPES	
TRIUNFO	
ALEGRETE	
BAGÉ	
CAÇAPAVA DO SUL	
CACEQUI	
CACHOEIRA DO SUL	
DOM PEDRITO	
ENCRUZILHADA DO SUL	
ITAQUI	
JAGUARÍ	
LAVRAS DO SUL	
QUARAÍ	
RIO PARDO	
ROSÁRIO DO SUL	
SANTANA DO LIVRAMENTO	
SANTIAGO	



SÃO BORJA
SÃO FRANCISCO DE ASSIS
SÃO GABRIEL
SÃO SEPÉ
SÃO VICENTE DO SUL
URUGUAIANA
AGUDO
ARROIO DO MEIO
ARROIO DO TIGRE
ARVOREZINHA
CANDELÁRIA
CRUZ ALTA
ENCANTADO
ESTRELA
FAXINAL DO SOTURNO
JÚLIO DE CASTILHOS
LAJEADO
MONTENEGRO
RESTINGA SECA
SALTO DO JACUÍ
SANTA CRUZ DO SUL
SANTA MARIA
SÃO PEDRO DO SUL
SOBRADINHO
TAQUARI
TEUTÔNIA
TUPANCIRETÃ
VENÂNCIO AIRES
VERA CRUZ
AUGUSTO PESTANA
CAMPINA DAS MISSÕES
CAMPO NOVO
CATUÍPE
CERRO LARGO
CORONEL BICACO
CRICIUMAL
FREDERICO WESTPHALEN
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
HORIZONTINA
IJUÍ

6ª REGIÃO

7ª REGIÃO



PALMEIRA DAS MISSÕES
PANAMBI
PORTO XAVIER
RODEIO BONITO
SANTA ROSA
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SANTO AUGUSTO
SANTO CRISTO
SÃO LUIZ GONZAGA
SEBERÍ
TENENTE PORTELA
TRÊS DE MAIO
TRÊS PASSOS
TUCUNDUVA
CARAZINHO
CASCA
CONSTANTINA
ERECHIM
ESPUMOSO
GAURAMA
GETÚLIO VARGAS
GUAPORÉ
IBIRUBÁ
IRAÍ
LAGOA VERMELHA
MARAU
MARCELINO RAMOS
NÃO-ME-TOQUE
NONOAI
PASSO FUNDO
PLANALTO
RONDA ALTA
SANANDUVA
SANTA BÁRBARA DO SUL
SÃO JOSÉ DO OURO
SÃO VALENTIM
SARANDI
SOLEDADE
TAPEJARA
TAPERA

8ª REGIÃO



9ª REGIÃO

ANTÔNIO PRADO
BENTO GONÇALVES
BOM JESUS
CANELA
CARLOS BARBOSA
CAXIAS DO SUL
DOIS IRMÃOS
FARROUPILHA
FELIZ
FLORES DA CUNHA
GARIBALDI
GRAMADO
IGREJINHA
NOVA PETRÓPOLIS
NOVA PRATA
PAROBÉ
PORTÃO
SÃO FRANCISCO DE PAULA
SÃO MARCOS
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
TAQUARA
TRÊS COROAS
VACARIA
VERANÓPOLIS
CAMPO BOM
CANOAS
ESTÂNCIA VELHA
ESTEIO
IVOTI
NOVO HAMBURGO
SÃO LEOPOLDO
SAPIRANGA
SAPUCAIA DO SUL

10ª REGIÃO

10. DA DIVULGAÇÃO

10.1. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo Público de Estágio se dará pela publicação no seguinte endereço de *Internet*: <https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>

10.2. Para auxiliar os candidatos no esclarecimento de suas dúvidas, o CIEE RS disponibiliza:

- atendimento via Central de Relacionamento com Cliente, pelo telefone (51) 3363-1000 ou pelo WhatsApp (51) 99992-9255.
- atendimento via portal www.cieers.org.br, através da ferramenta *Chat On-Line*.



c) o e-mail: processoseletivoTJ@cieers.org.br, disponível até a homologação do Processo Seletivo Público de Estágio.

10.3. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da divulgação das informações referentes ao Processo Seletivo Público de Estágio em que se inscrever.

11. INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

11.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela *Internet*, no período de **05 de março a 17 de março de 2025**, pelo portal do CIEE-RS (<https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>).

11.2. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

11.3. Procedimentos para realizar a inscrição:

11.3.1. As inscrições no Processo Seletivo Público de Estágio são gratuitas e estarão abertas no período estabelecido no subitem 11.1 deste Edital e deverão ser realizadas no portal do CIEE-RS, somente via *Internet*, disponível no seguinte endereço: <https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos> – Processos Seletivos Públicos de Estágio.

11.3.2. O candidato, para realizar a inscrição, deverá estar cadastrado ou se cadastrar na **plataforma** do CIEE-RS.

11.3.3. Para efetuar o cadastro na plataforma (caso não possua) e realizar a inscrição no Processo Seletivo Público de Estágio, os candidatos devem seguir as orientações abaixo:

1º Procedimentos para efetuar o **Cadastro** na Conjuntos:

a) Acessar: <https://cieers.org.br/conjuntos>

b) Clicar em “Entrar”

c) Clicar em “Quero me cadastrar”

d) Preencher o Cadastro de estagiário

e) Em Processos Seletivos Públicos de estágio, clicar em “Ver editais disponíveis”

f) Localizar o banner do Processo Seletivo de Estágios do TJRS

g) Clicar em “Inscrever-se”.

2º Procedimentos para realizar a **inscrição no Processo Seletivo Público de Estágio**, caso já possua cadastro na plataforma do CIEE/RS:

a) Acessar: <https://cieers.org.br/conjuntos>

b) Realizar o login com CPF e senha individual

c) Na tela inicial da plataforma Clicar em “Processos Seletivos Públicos de estágio (Aproveite as oportunidades)”

d) Localizar o *banner* do Processo Seletivo de Estágio do TJRS

e) Clicar em “Inscrever-se”.

11.4. Deverá constar no cadastro do candidato o número do documento de identidade que tenha fé pública. Para fins deste Processo Seletivo Público de Estágio, são considerados **documentos de identidade**: as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia e assinatura, na forma da Lei Federal nº. 9.503/97.

11.5. Para garantir a idoneidade do processo, a avaliação contará com monitoramento síncrono. Para tal, o candidato deverá realizar o *upload* de uma foto no momento da inscrição, de modo que o rosto esteja bem iluminado e visível, sem interferência de luz direta que possa ofuscar ou reduzir a eficácia da sua identificação. É proibido o uso de itens que prejudiquem a identificação como boné e óculos escuros. O candidato que não enviar uma foto com essas especificações poderá ser desclassificado do processo seletivo.

11.6. O candidato é responsável pelas informações prestadas no seu cadastro no Portal do CIEE-RS, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento desses documentos.



- 11.7.** No ato da inscrição, o candidato deverá indicar a Comarca/Cidade em que almeja realizar estágio, conforme descrito no item 9.4 deste Edital.
- 11.8.** Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de Comarca/Cidade.
- 11.9.** Não é permitida a inscrição para mais de uma Comarca/Cidade.
- 11.10.** O candidato, ao inscrever-se no Processo Seletivo, aceita, automaticamente, as normas e condições vigentes neste Edital, seus Anexos e Legislação pertinente. O candidato deverá tomar conhecimento de todo este Edital antes de efetuar a sua inscrição.
- 11.11.** Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, a cópia de qualquer documento, **exceto** para as Pessoas com Deficiência, conforme item 12 deste Edital, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados, sob as penas da lei.
- 11.12.** Os requisitos para a inscrição quanto à escolaridade estão previstos nos itens 5 e 6 deste Edital.
- 11.13.** O presente processo seletivo visa à formação de Cadastro Reserva de vagas para as comarcas descritas no Item 9.6 - tabela de comarcas, deste Edital.
- 11.14.** Não serão aceitas inscrições por via-postal, *e-mail*, mensagens em redes sociais ou em caráter condicional.
- 11.15.** O CIEE-RS não se responsabiliza por solicitações de inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 11.16.** Por ocasião da contratação, os candidatos classificados deverão apresentar os documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos fixados no item 19 deste Edital e outros que a legislação exigir.
- 11.17.** É de responsabilidade do candidato manter seu endereço residencial, endereço eletrônico (*e-mail* e *WhatsApp*) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

11.18. Homologação e indeferimento das inscrições:

- 11.18.1.** A homologação das inscrições não abrange aqueles itens que devem ser comprovados somente por ocasião da convocação, escolaridade e outros previstos nos itens 6 e 19 deste Edital. Nessa ocasião, esses documentos serão analisados e somente serão aceitos se estiverem de acordo com as normas previstas neste Edital. Por isso, o candidato deve verificar se possui os requisitos exigidos para a efetivação do Termo de Compromisso de Estágio, pois a homologação das inscrições não significa o reconhecimento de itens que devem ser comprovados posteriormente.
- 11.18.2.** A homologação do pedido de inscrição será dada a conhecer por meio de Edital, no qual será divulgado o número de inscrição dos candidatos.

11.19. Do Tratamento dos Dados Pessoais:

- 11.19.1.** O candidato está ciente, ao realizar sua inscrição, de que seus dados pessoais serão tratados pela PARTE CONTRATANTE DE ESTÁGIO e pelo CIEE/RS de modo compatível com as finalidades e necessidades da legislação de proteção de dados pessoais em vigor, autorizando-os, neste ato, a realizarem todas as ações relacionadas ao processo seletivo, bem como se comprometem, neste ato, a protegerem a privacidade dos seus dados pessoais, inclusive perante terceiros, tendo conhecimento, que o compartilhamento inapropriado destes dados poderão acarretar nas suas responsabilizações.

12. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 12.1.** Ficam asseguradas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas oferecidas neste Edital. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se com deficiência, especificando-a no Formulário de Requerimento, **Anexo III** deste Edital. A comprovação da deficiência será feita mediante Laudo Médico, apresentado em original ou cópia autenticada, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data da publicação deste Edital, no qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão dos arts. 3.º e 4.º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, para o endereço de e-mail processoseletivoTJ@cieers.org.br até o **dia 17 de março de 2025**.



12.2. É considerada Pessoa com Deficiência a que se enquadra em uma das categorias do artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas considerações.

12.3. As Pessoas com Deficiência de perda auditiva precisam enviar junto com o Laudo Médico (expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data da publicação deste Edital), o Formulário de Requerimento, **Anexo III** deste Edital, mais a cópia do exame de audiometria atualizado (expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data da publicação deste Edital) até o **dia 17 de março de 2025** para o endereço de e-mail processoseletivoTJ@cieers.org.br. **OBS:** Os documentos comprobatórios devem ser enviados em arquivo PDF e em um único e-mail. O assunto deve ser “Formulário de requerimento PCD - PS Estágio TJ-RS. Caso esteja fora das especificações citadas, o e-mail será desconsiderado.

12.4. As Pessoas com Deficiência concorrerão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário de aplicação das provas.

12.5. Não será homologado o pedido de condições especiais para a realização das provas do candidato que descumprir quaisquer das exigências mencionadas no item anterior. Os atestados médicos terão valor somente para este Processo Seletivo Público e não serão devolvidos aos candidatos.

12.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo que, no ato da inscrição, declararem-se com deficiência, terão seus nomes publicados em lista especial e figurarão, também, na lista de classificação geral.

12.7. No ato da convocação, para preencher a vaga de estagiário, o candidato com deficiência deverá apresentar ao CIEE-RS laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 90 (noventa) dias, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

12.8. O candidato com deficiência que não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada), dentro do prazo estabelecido em Edital, ou que apresentar laudo que não tenha sido emitido nos últimos 90 (noventa) dias antes da data de convocação será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

12.9. Não ocorrendo a aprovação de candidatos com deficiência em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo Processo Seletivo Público de Estágios.

13. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS NEGRAS

13.1. De acordo com a Resolução CNJ nº 336/2020, de 29 de setembro de 2020, ficam assegurados às pessoas negras 30% (trinta por cento) do total de vagas ofertadas neste Edital. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se pessoa negra, especificando-a no Formulário de Autodeclaração (**Anexo IV**) e enviando para o endereço de e-mail processoseletivoTJ@cieers.org.br até o **dia 17 de março de 2025**. **OBS:** Os documentos comprobatórios devem ser enviados em arquivo PDF e em um único e-mail. O assunto deve ser “Formulário de autodeclaração - PS Estágio TJ-RS”. Caso esteja fora das especificações o e-mail será desconsiderado.

13.2. O candidato que no ato da inscrição se autodeclarar negro (preto ou pardo), fica ciente de que serão adotados procedimentos para verificação da veracidade da autodeclaração, tais como registros fotográficos, entre outros, a critério da Comissão do Processo Seletivo Público de Estágios instituída pelo CIEE-RS.

13.3. Caso o candidato autodeclarado negro não autorize os registros fotográficos ou não obtenha deferimento da foto apresentada, não terá homologada sua inscrição para a listagem específica, podendo, entretanto, ter homologada sua inscrição para concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência.

13.4. Os candidatos que não encaminharem a Autodeclaração dentro do período estabelecido no item 13.1, serão classificados na ampla concorrência.

13.5. Não ocorrendo a aprovação de candidatos negros em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas às pessoas negras, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo Processo Seletivo Público de Estágios.

14. DA PROVA



14.1. DA PROVA OBJETIVA ONLINE

14.2. O Processo Seletivo Público de Estágio consistirá na seleção por meio de Prova Objetiva *online* a ser realizada em plataforma disponibilizada pelo CIEE-RS, aferindo o grau de aproveitamento de candidatos inscritos, com o objetivo de selecionar alunos regularmente matriculados em instituições que ofertam os cursos Ensino Médio/Técnico, Ensino Superior e Pós-graduação descritos nos item 6 deste Edital, públicas ou particulares, oficiais e reconhecidas, com vista a classificar os aprovados para o exercício de estágio no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS.

14.3. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público de Estágio serão classificados em ordem decrescente com base no número de pontos obtidos na Prova Objetiva *online*, considerados os critérios estabelecidos neste Edital.

14.4. As vagas para o exercício do estágio serão preenchidas, gradativamente, conforme interesse do TJRS, observadas as ordens das listas de classificação dos estudantes aprovados no Processo Seletivo Público de Estágio.

14.5. A Prova Objetiva *online*, de caráter classificatório e eliminatório, valerá 30 (trinta) pontos e será composta de 30 (trinta) questões, divididas conforme quadro explicativo:

Matéria	Nº de Questões	Ponto p/ questão	Pontuação Total	Pontuação Mínima (30%)	Total Prova <i>online</i>
Conhecimentos Gerais	10	1	10	9	30
Língua portuguesa	10	1	10		
Conhecimentos* Específicos	10	1	10		

*As questões de conhecimentos específicos serão elaboradas conforme o conteúdo programático (**Anexo I**), de cada grupo previsto no item 6 deste Edital.

14.6. Para ser considerado aprovado o candidato deve obter a pontuação mínima de 30% (trinta por cento) da pontuação total da prova, ou seja, 09 (nove) pontos, conforme quadro explicativo acima.

14.7. As questões da Prova Objetiva serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções (A, B, C, D e E), e sem fator de correção, ou seja, uma ou mais questões erradas não eliminarão uma ou mais questões certas.

14.8. Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva.

14.9. As Provas Objetivas deste processo seletivo ocorrerão de forma *online*. O processo seletivo será constituído de prova *online* em plataforma disponibilizada pelo CIEE-RS - conforme conteúdo programático definido no Anexo I do Edital. O candidato deve ter cadastro ativo na plataforma do CIEE-RS, e ter realizado inscrição no Processo Seletivo Público de Estágio, conforme descrito no item 11 deste edital.

14.10. A previsão de aplicação da prova objetiva *online* será entre **os dias 07 de abril de 2025 e 11 de abril de 2025, em horários a serem divulgados** na plataforma do CIEE-RS (<https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>), conforme previsto no cronograma.

14.11. Para realizar a prova, o candidato deverá acessar a plataforma de aplicação pelo endereço eletrônico <https://cieers.org.br/conjuntos> com seu login e senha individual. Deverá ler com atenção as orientações da prova e responder as questões. O candidato deverá realizar a prova dentro do horário estabelecido. A prova deve ser finalizada até o horário máximo de aplicação. Caso o candidato não finalize a prova neste prazo, a correção será feita apenas nas questões respondidas até o momento.

14.12. Para garantir a idoneidade do processo, a avaliação contará com monitoramento síncrono. Para tal, o candidato deverá se posicionar de frente para a *webcam*, de modo que o rosto esteja bem iluminado e visível, sem interferência de luz direta que possa ofuscar ou reduzir a eficácia da sua identificação. É proibido o uso de itens que prejudiquem a identificação como boné e óculos escuros. O candidato que não se posicionar corretamente para o reconhecimento facial poderá ser desclassificado da avaliação.



14.13. A plataforma de avaliação utiliza um sistema de travamento do *browser* (navegador) denominada “*Safe Exam Browser*”, a qual deve ser instalada previamente no computador (PC desktop ou notebook). Para instalar clique no link: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/starline.cdn/safe_exam_browser/SEB_3.3.2.413_SetupBundle.exe. - Este download deverá ser realizado durante o **período de 27 de março de 2025 a 28 de março de 2025**, conforme descrito no cronograma previsto deste Edital.

14.13.1. Não é possível realizar o *download* do sistema de travamento do *browser* (navegador) denominada “*Safe Exam Browser*”, em computadores que utilizam o sistema operacional macOS. Somente será possível realizar o *download* em computadores com o sistema operacional Windows 10 ou superior.

14.14. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

14.15. A avaliação será realizada de forma síncrona, por meio de um sistema *online*, na data e horário especificados no subitem 14.10 deste Edital. O candidato deverá estar presente na sala virtual de avaliação no horário estabelecido, com o equipamento necessário para a realização da avaliação, incluindo um computador com *webcam*. A avaliação será monitorada por meio de *webcam*, para garantir a idoneidade do processo. O candidato deverá manter a *webcam* ligada durante toda a avaliação. Caso seja constatada alguma divergência, o candidato será desclassificado do processo de seleção.

14.16. O CIEE-RS e o TJRS não se responsabilizam por quedas ou falhas na internet do candidato. O acesso à prova deve ser por um computador (PC *Desktop* ou *notebook*), que tenha como navegador o Mozilla Firefox ou Google Chrome. **Não é possível realizar a prova por meio de *smartphone*.**

14.17. O candidato que não realizar a prova *online* estará automaticamente eliminado do processo seletivo. É responsabilidade do candidato responder às questões de forma justa conforme seu conhecimento.

14.18. Ao finalizar a prova, o candidato terá acesso às questões e suas marcações para futura conferência junto ao Gabarito.

14.19. As Provas de Seleção de Estagiários e eventuais Recursos impetrados serão desidentificados antes da correção.

15. ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ONLINE

15.1. Para realizar a prova, na data e horário divulgados, conforme descrito no subitem 14.10, o candidato deverá acessar a plataforma de aplicação pelo endereço eletrônico <https://cieers.org.br/conjuntos> com seu login e senha individual.

15.2. Na tela inicial da plataforma Clicar em “Processos Seletivos Públicos de estágio (Aproveite as oportunidades)”

15.3. Localizar o *banner* do Processo Seletivo de Estágio do TJRS

15.4. Através do *banner* correspondente ao grupo de curso do candidato, clicar no botão prova *online*. **OBS.** Este botão estará disponível somente **na data e horário da prova online**, conforme orientações do subitem 14.10.

15.5. Para auxiliar os candidatos no esclarecimento de dúvidas referentes a aplicação da prova *online*, o CIEE-RS disponibiliza:

d) atendimento via Central de Relacionamento com Cliente, pelo telefone (51) 3363-1000 ou pelo WhatsApp (51) 99992-9255.

e) atendimento via portal www.cieers.org.br, através da ferramenta *Chat On-Line*.

f) o e-mail: processoseletivoTJ@cieers.org.br, disponível até a homologação do Processo Seletivo Público de Estágio.

15.6. O CIEE-RS não será responsável por quaisquer problemas técnicos que o candidato possa encontrar no ambiente de realização da prova *online*.

16. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

16.1. Após a realização das Provas Objetivas, de todos os grupos, serão divulgados os gabaritos preliminares, por meio de publicação do portal do CIEE-RS (<https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>).



16.2. O candidato poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 1 (um) dia útil, contado do dia imediatamente seguinte ao da publicação do ato impugnado, em relação:

- a) às inscrições não homologadas;
- b) ao gabarito da Prova Objetiva *Online*;
- c) às notas obtidas na Prova Objetiva *Online*.

16.3. O requerimento de recurso deverá ser dirigido à Comissão do Processo Seletivo Público de Estágios e terá seu regramento quanto à forma, data e local de encaminhamento estabelecido em edital próprio.

16.4. Os recursos deverão ser enviados para o *e-mail* **processoseletivoTJ@cieers.org.br** através de formulário (**Anexo II**) a partir da zero hora do dia em que iniciar a contagem do prazo até as 24 horas do último dia, conforme cronograma previsto (**Anexo V**).

16.5. O deferimento ou indeferimento dos recursos será publicado no portal do CIEE-RS (<https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>).

16.6. O gabarito divulgado após a Prova Objetiva *Online* será um Gabarito Preliminar, podendo sofrer alterações, por força da análise dos recursos, referentes à troca de alternativa correta ou anulação de questões. O Gabarito Oficial será divulgado após a análise dos recursos.

16.7. A correção da Prova Objetiva *online* será realizada de acordo com o Gabarito Oficial.

16.8. Na hipótese de anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

16.9. Na hipótese de alteração de gabarito, somente o candidato que tiver marcado a alternativa considerada correta pelo Gabarito Oficial receberá a respectiva pontuação.

16.10. Não serão aceitos recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

16.11. As respostas aos recursos serão disponibilizadas em edital próprio, publicado no *site* do CIEE RS.

16.12. Não haverá recurso de reconsideração.

17. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

17.1. Os candidatos serão classificados pelo somatório dos pontos em suas provas;

17.2. A Prova Objetiva *online* terá caráter classificatório e eliminatório;

17.3. O candidato será classificado dentro do respectivo grupo e Comarca/Cidade, conforme inscrição no Processo Seletivo Público de Estágio, publicando-se o resultado final do exame no Portal do CIEE-RS <https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>.

17.4. Para efeito de desempate, a lista de classificação observará os seguintes critérios:

- I - Maior nota obtida nas questões de Conhecimentos Específicos;
- II - Maior nota obtida nas questões de Conhecimentos Gerais;
- III - Maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento;
- IV - Sorteio público.

18. DA CONVOCAÇÃO/ADMISSÃO

18.1. A aprovação não gera direito à efetivação do contrato de estágio, apenas a expectativa de celebração de Termo de Compromisso de Estágio com o TJRS, podendo este ser realizado conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério da Administração do TJRS, observada sempre a disponibilidade de vaga.

18.2. Serão admitidos no Programa de Estágios os candidatos aprovados no Processo de Seleção, que comprovarem oportunamente o atendimento aos requisitos previstos neste edital e que obtenham **consulta favorável do Serviço de Inteligência do Judiciário do TJRS**.

18.3. Serão convocados, por ordem de classificação, tantos candidatos quantos sejam necessários, de acordo com as vagas existentes.

18.4. Caso haja necessidade justificada e relevante de convocação de um **curso específico dentro de um mesmo grupo**, poderá ser chamado candidato classificado abaixo na lista de convocação, desde que se obedeça a ordem de classificação referente ao curso.



18.5. A convocação será feita por **e-mail e WhatsApp**, para o endereço eletrônico e telefone informados no momento do cadastro.

18.5.1. Ao receber a convocação, o candidato aprovado deverá responder se possui ou não interesse na vaga **em até 3 dias corridos**. Caso não responda, será considerado desistente, tendo sua participação encerrada no Processo Seletivo.

18.5.2. As convocações serão realizadas conforme item 17.3. No momento da convocação para matrícula no Programa de Estágios, **o aprovado deverá apresentar os seguintes documentos em resposta ao e-mail de convocação:** cédula de identidade, CPF, comprovante de endereço atualizado (emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de convocação) e informar um número de telefone e *e-mail* válidos.

18.5.2.1. Além dos documentos citados no item 18.5.2., no momento da convocação para matrícula no Programa de Estágio, o aprovado deverá encaminhar um vídeo de apresentação de, no máximo, 4 minutos, contemplando os seguintes tópicos: nome, idade, formação, experiências profissionais e objetivos profissionais.

18.5.3. O prazo para apresentação dos documentos **pode ser prorrogado a pedido do candidato** e a critério do CIEE/RS e PJRS.

18.5.4. Poderão ser solicitados, a critério da Administração, outros documentos, além dos obrigatórios descritos neste Regulamento para a contratação os quais deverão ser apresentados no prazo máximo de 24 horas após a solicitação, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa apresentada pelo candidato.

18.5.5. A critério da Administração, em caso de surgimento de vagas, poderão ser convocados os candidatos constantes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação.

18.5.6. Na hipótese de não existirem candidatos no Cadastro Reserva para preenchimento de vaga em determinada Comarca/Município, o CIEE-RS poderá convidar candidatos classificados nos Municípios limítrofes para o preenchimento da vaga, considerando, como critério para escolha do Município a menor distância, por rodovias, em quilômetros em relação ao município da vaga.

18.5.7. Para calcular a distância por rodovias entre os Municípios, será utilizado como fonte de consulta o Google Maps. Na impossibilidade de ser utilizado o Google Maps, será utilizado o site <http://www.entrecidadesdistancia.com.br> ou o site <http://www.distanciacidades.com>.

18.5.8. A realização da convocação dos candidatos se dará com estrita observância à Lista de Classificação.

18.5.9. O candidato que recusar a primeira convocação para a Comarca na qual se inscreveu, irá para o final da lista de classificação.

18.5.10. Em havendo uma segunda recusa de convocação para a Comarca na qual se inscreveu, será eliminado do processo seletivo.

18.5.11. Caso o candidato pertencente a qualquer dos grupos deste Edital não atenda aos requisitos do item 5 e 6 e/ou não apresente algum dos documentos constantes no item 18 deste Edital, será excluído do Processo Seletivo Público de Estágio, sendo providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

18.5.12. O candidato convidado a preencher vaga em outra Comarca, que não tiver interesse na vaga oferecida, continuará na Lista de Classificação para a Comarca na qual se inscreveu, em sua posição original.

18.5.13. O candidato convidado a preencher vaga em outra Comarca que aceitar a vaga oferecida, sairá da Lista de Classificação para a Comarca na qual se inscreveu, não podendo pleitear vaga nessa Comarca quando da abertura ou criação de novas vagas, exceto quando for de interesse da Administração do TJRS.

18.6. Os candidatos deverão possuir **obrigatoriamente conta corrente no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL** para recebimento da bolsa-auxílio.

18.7. Compete ao candidato o acompanhamento do certame, por intermédio das publicações no *site* (<https://cieers.org.br/estudante/processosSeletivos>).

19. DOCUMENTOS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIOS

19.1. São documentos de **apresentação obrigatória para o ingresso** como estagiário no TJRS:

- a) documento oficial de identidade;
- b) CPF;



- c) documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos;
- d) alvará de folha corrida;
- e) Currículo atualizado;
- f) comprovante de residência atualizado (com emissão há, no máximo, 30 dias da data da convocação);
- g) atestado de matrícula original fornecido pela Instituição de Ensino, contendo as disciplinas nas quais o estudante está matriculado;
- h) documento original fornecido pela Instituição de Ensino Superior, informando a carga horária já cursada ou histórico das disciplinas cursadas;
- i) termo de declaração de parentesco;
- j) nos casos de contratação de pós-graduação apresentar Certificado de Conclusão do Curso de Graduação e Certidão de Licenciamento da OAB/RS ou Certidão sem registro de inscrição na OAB/RS.
- k) vídeo de apresentação de, no máximo, 4 minutos, contemplando os seguintes tópicos: nome, idade, formação, experiências profissionais e objetivos profissionais.

19.2. A não apresentação de quaisquer documentos relacionados nos subitens 17.5.11 e 18.1, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Cadastro do Estudante ou o não cumprimento dos requisitos previstos neste Edital, levará à eliminação do candidato do Processo Seletivo Público de Estágio.

19.3. Manter as informações de endereço, *e-mail* e telefone atualizadas é responsabilidade exclusiva do candidato e deve ser realizada na “Conjuntos”, pelo do *link* <https://cieers.org.br/conjuntos>.

20. DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO E DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

20.1. O exercício do estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 24 (vinte e quatro) meses a cada nível, a exclusivo critério do TJRS.

20.2. O desligamento do estagiário se dará mediante rescisão do Termo de Compromisso de Estágio, nas seguintes situações:

- a) automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;
- b) pela conclusão, mudança, interrupção do curso ou desligamento do estagiário de Instituição de Ensino Superior, obrigando-o, nesses casos, a comunicar ao CIEE-RS, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** da respectiva ocorrência;
- c) por interesse do TJRS;
- d) quando comprovado o aproveitamento insatisfatório, caracterizado em razão de negligência ou desinteresse por parte do estagiário;
- e) por reprovação na avaliação de desempenho a que for submetido;
- h) por conduta incompatível do estagiário frente aos padrões de ordem social, moral, ética e outros estabelecidos pela Administração do TJRS;
- i) por comunicação da Instituição de Ensino Superior, em virtude da baixa frequência do estudante às aulas ou outros requisitos que sejam essenciais para o desenvolvimento do estágio;
- j) quando comprovado o aproveitamento inferior à 50% (cinquenta por cento) das disciplinas matriculadas, no período letivo, junto à Instituição de Ensino Superior;
- k) quando verificada e comprovada a apresentação de declaração ou documentação falsa ou omissão de informações.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente Processo Seletivo Público de Estágio.

21.2. O TJRS e o CIEE-RS não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de números telefônicos e endereços de *e-mail* registrados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados em qualquer etapa do cronograma previsto.



21.3. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a participação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Público de Estágio, quando constatada a omissão de informações, declaração falsa ou diversa da prestada.

21.4. Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo Processo Seletivo Público de Estágio.

22. DOS ANEXOS

22.1 São parte integrante do presente Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – Conteúdo Programático de cada grupo;

ANEXO II – Requerimento de Recurso Administrativo;

ANEXO III – Requerimento para Pessoas com Deficiência e para solicitação de Atendimento Especial;

ANEXO IV – Formulário de Autodeclaração de Pessoas Negras;

ANEXO V – Cronograma previsto.

Porto Alegre, 05 de março de 2025.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CADA GRUPO

GRUPO I - GRADUAÇÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadorbrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.



5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução à Administração:

- Definição e importância da administração.
- Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle.
- Teorias da Administração: clássica, científica, comportamental, contingencial.
- Ambiente organizacional e suas influências na administração.

Gestão de Pessoas:

- Processo de recrutamento e seleção.
- Desenvolvimento de equipes.
- Liderança e motivação.
- Avaliação de desempenho e feedback.

Gestão Financeira:

- Princípios básicos de finanças.
- Análise de investimentos.
- Controle de custos e orçamento empresarial.
- Fontes de financiamento e capital de giro.

Marketing e Vendas

- Conceitos básicos de marketing.
- Comportamento do consumidor.
- Planejamento e estratégias de marketing.
- Técnicas de vendas e negociação.

Estratégia Empresarial

- Análise SWOT.
- Formulação e implementação de estratégias.
- Inovação e competitividade.
- Sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

GRUPO II - GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL):

CONHECIMENTOS GERAIS:



Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história e meio ambiente.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.



6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

1. DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição Federal: Dos direitos e deveres individuais e coletivos: art. 5º. Dos direitos sociais: arts. 6º a 11. Da administração pública: arts. 37 a 43. Do Poder Judiciário: arts. 92 a 126. Das funções essenciais à Justiça: arts. 127 a 135. - Constituição Estadual: Da administração pública. Dos servidores públicos civis: arts. 29 a 45. Do Poder Judiciário: arts. 91 a 106. Das funções essenciais à Justiça: arts. 107 a 123.

2. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - Código Civil Brasileiro: Das pessoas naturais: arts. 1º a 21. Das pessoas jurídicas: arts. 40 a 69. Do domicílio: arts. 70 a 78. Dos bens: arts. 79 a 103. Dos atos lícitos e ilícitos: arts. 185 a 188. Da prescrição e decadência: arts. 189 a 211. Da prova: arts. 212 a 232. - Código de Processo Civil: Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais: art. 1º. Das normas fundamentais do processo civil: arts. 2º a 12. Da jurisdição e da ação: arts. 16 a 20. Das partes e dos procuradores: arts. 70 a 81; arts. 103 a 107. Dos auxiliares da justiça: arts. 149 a 175. Dos atos processuais: arts. 188 a 211. Dos prazos processuais: arts. 218 a 235. Das comunicações dos atos processuais: arts. 236 a 275. Tribunal de Justiça RS 17 Edital nº 28/2017 - DRH - SELAP - RECSEL Das nulidades: arts. 276 a 283. Da tutela provisória: arts. 294 a 311. Da formação, da suspensão e da extinção do processo: arts. 312 a 317. Do procedimento comum: arts. 318 a 512. Do cumprimento de sentença: arts. 513 a 538. Do processo de execução: arts. 771 a 782; arts. 824 a 913. - Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). - Lei nº 12.153/09 (Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública).

3. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - Código Penal: Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral: arts. 312 a 314; arts. 316 e 317; arts. 319 e 320; arts. 322 e 323; arts. 325 e 327. - Código de Processo Penal: Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória: arts. 282 a 350. Das citações e intimações: arts. 351 a 372. Do processo comum: arts. 394 a 405. Do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri: arts. 406 a 435; arts. 453 a 481. - Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). - Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

4. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO E CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA JUDICIAL - Lei Estadual nº 7.356/80 - Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul - arts. 99 a 102, inclusive; arts. 106 a 124, inclusive; arts. 150 e 157; arts. 170 a 184, inclusive. - Consolidação Normativa Judicial: Dos impedimentos e incompatibilidades: arts. 115 e 116. Das funções e atribuições dos servidores: arts. 229 a 232; arts. 235 a 242. Do expediente: arts. 371 a 379. Das audiências: arts. 380 a 394. Da distribuição: arts. 395 a 414; arts. 430 a 444. Dos Cartórios Cíveis: arts. 527 a 617. Dos editais: arts. 631 a 637. Das alienações judiciais: arts. 641 a 647-A. Dos processos com tramitação preferencial: arts. 662 a 666-A. Dos Cartórios Criminais: arts. 670 a 749. Das precatórias: arts. 764 a 780-A. Dos Juizados Especiais: arts. 901 a 904; arts. 909 a 924. **5. ESTATUTO E REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** (Lei Complementar nº 10.098/94) - arts. 2º a 10, inclusive; arts. 16 a 27, inclusive; arts. 177 e 178; arts. 183 a 186.



**GRUPO III - GRADUAÇÃO - (ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO) e GRUPO XVI - PÓS-GRADUAÇÃO -
ÁREA DO COMPORTAMENTO HUMANO:**

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história e meio ambiente.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadoBrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.



6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Fundamentos das Ciências Humanas

- História e desenvolvimento das ciências humanas.
- Principais teorias sociais e psicológicas.
- Questão social e a relação com o comportamento humano.
- Pensamento crítico e análise da sociedade contemporânea.

Políticas Públicas e Direitos Sociais

- Políticas públicas brasileiras: Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência Social.
- Legislação relevante: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Direitos humanos e sociais em contextos de vulnerabilidade.
- Rede de proteção social: Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Justiça da Infância e Juventude

- Proteção da infância: crianças em situação de rua, abandono, e sob risco pessoal e social (violência familiar, abuso sexual).
- Acolhimento institucional e o papel da rede de proteção.
- Guarda, adoção, destituição do poder familiar e habilitação para adoção.
- Adolescência e criminalidade: ato infracional, medidas socioeducativas, e adolescentes privados de liberdade.
- Uso e abuso de drogas entre adolescentes e estratégias de redução de danos.
- Depoimento especial e suas aplicações na Justiça da Infância.

4. Saúde Mental e Atenção Psicossocial

- Transtornos mentais e políticas públicas de apoio à saúde mental.
- Estratégias de cuidado em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- Intervenções em situações de risco social e psicológico.
- Adoção de estratégias de redução de danos e o papel da rede de apoio na adolescência.



- Intervenção psicossocial com populações vulneráveis, incluindo adolescentes e adultos.

Família e Sociedade

- A família na contemporaneidade: novas configurações familiares e seu impacto social.
- O papel da família no discurso jurídico: processos de guarda, dissolução da união, regime de visitas, e intervenções em conflitos familiares.
- Violência doméstica: atendimento a vítimas de violência familiar e violência contra a mulher.
- Estratégias de acompanhamento e intervenção junto a famílias em situação de vulnerabilidade.

Desigualdade, Exclusão Social e Direitos Humanos

- Desigualdade social no Brasil: racismo, sexismo, pobreza, e exclusão social.
- Intervenções para redução das desigualdades sociais.
- Papel das políticas públicas no enfrentamento à exclusão.
- Políticas e práticas de inclusão social para idosos e pessoas com deficiência.

Ética Profissional

- Códigos de ética em Serviço Social e Psicologia.
- Princípios éticos no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.
- Sigilo profissional e questões éticas no trabalho com crianças, adolescentes e famílias.

Metodologias de Intervenção e Práticas Profissionais

- Técnicas de escuta ativa e intervenção psicossocial.
- Abordagens de trabalho em grupos e comunidades.
- Intervenção em espaços como escolas, unidades de saúde e instituições de acolhimento.
- Estratégias multidisciplinares e o trabalho em rede para o fortalecimento comunitário.

Trabalho com Grupos Vulneráveis

- Crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.
- Atuação junto a adolescentes infratores e em medidas socioeducativas.
- Atendimento a vítimas de violência e abuso, com foco no depoimento especial.
- Cuidados específicos para idosos e pessoas com deficiência, considerando o Estatuto do Idoso e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

GRUPO IV - GRADUAÇÃO (ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>



<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadosbrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.



6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Fundamentos de Tecnologia da Informação

- Conceitos básicos de informática.
- Arquitetura de computadores e sistemas operacionais.
- Redes de computadores e internet.
- Segurança da informação.

Desenvolvimento de Software

- Metodologias de desenvolvimento de software (cascata, ágil, etc.).
- Linguagens de programação e frameworks.
- Gerenciamento de projetos de software.
- Testes de software e garantia de qualidade.

Banco de Dados

- Modelagem de dados.
- Sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD).
- SQL e linguagens de consulta.
- Administração e segurança de bancos de dados.

Tecnologias Emergentes

- Cloud computing e virtualização.
- Big Data e análise de dados.
- Internet das Coisas (IoT) e dispositivos conectados.
- Inteligência Artificial e Machine Learning.

Governança de TI e Gestão de Serviços

- ITIL (Information Technology Infrastructure Library).
- COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies).
- Gestão de projetos de TI.

Métricas e indicadores de desempenho

GRUPO V - GRADUAÇÃO (ÁREA DE INFRAESTRUTURA):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>



LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Fundamentos de Engenharia e Arquitetura



- Princípios básicos de matemática e física aplicados às engenharias e arquitetura.
- Conceitos de desenho técnico e representação gráfica.
- Normas técnicas e regulamentações aplicáveis às áreas.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

- Princípios de sustentabilidade aplicados à engenharia e arquitetura.
- Legislação ambiental e normas de gestão ambiental.
- Técnicas de avaliação e mitigação de impactos ambientais em projetos.

Materiais e Estruturas

- Propriedades dos materiais de construção.
- Dimensionamento de estruturas de concreto, aço e madeira.
- Tecnologias construtivas e sistemas estruturais.

Gestão de Projetos e Obras

- Ciclo de vida de projetos e metodologias de gestão de projetos.
- Orçamentação e cronograma de obras.
- Gestão de riscos e qualidade na construção civil.

Tecnologias Emergentes e Inovação

- Novas tecnologias e tendências na engenharia e arquitetura.
- Digitalização de processos e modelagem de informações da construção (BIM).
- Energias renováveis e eficiência energética em edificações.

GRUPO VI - GRADUAÇÃO (ÁREA DE ARQUIVOS):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.



- 3.1.1 Emprego das classes de palavras.
- 3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.
- 3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.
- 3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.
- 3.2 O período e sua construção.
 - 3.2.1 Período simples e período composto.
 - 3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.
 - 3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.
- 3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.
- 3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.
- 3.5 Uso da crase.
4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.
5. Semântica.
 - 5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).
 - 5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.
 - 5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.
 - 5.4 Valores semânticos das classes de palavras.
 - 5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.
 - 5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.
6. Leitura, análise e interpretação de texto.
 - 6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.
 - 6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.
 - 6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.
 - 6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução às Ciências da Informação e Patrimônio Cultural

- Conceitos básicos de Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia.
- Papel e importância do patrimônio cultural na sociedade.
- Legislação e normativas relacionadas às áreas de atuação.

Gestão de Documentos e Informação

- Princípios da gestão de documentos em arquivos e bibliotecas.
- Organização, preservação e acesso à informação.
- Tecnologias da informação aplicadas à gestão documental.

História da Cultura e Preservação Patrimonial

- Evolução histórica da preservação do patrimônio cultural.
- Teorias e métodos de conservação e restauro.
- História da cultura e memória social.

Museologia e Curadoria



- Conceitos e princípios museológicos.
- Planejamento e gestão de exposições.
- Curadoria de acervos museológicos.

Cultura Digital e Acesso à Informação

- Desafios e oportunidades da cultura digital para as áreas de Ciências da Informação.
- Acesso e democratização da informação em ambientes digitais.
- Preservação digital e gerenciamento de conteúdo eletrônico.

GRUPO VII - GRADUAÇÃO (ÁREA DE COMUNICAÇÃO):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiado brasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.



- 5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hipo-nímia, homonímia, polissemia).
- 5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.
- 5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.
- 5.4 Valores semânticos das classes de palavras.
- 5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.
- 5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.
6. Leitura, análise e interpretação de texto.
 - 6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.
 - 6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.
 - 6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.
 - 6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução:

- Conceitos básicos de comunicação e design.
- Interseções entre comunicação, publicidade, propaganda, design, jornalismo, relações públicas e tecnologias em design gráfico.

Fundamentos da Comunicação

- Teorias da comunicação.
- Processos de comunicação.
- Elementos da comunicação: emissor, mensagem, canal, receptor e feedback.
- Modelos de comunicação.

Publicidade e Propaganda

- Definições e diferenças entre publicidade e propaganda.
- História da publicidade e propaganda.
- Processos e estratégias de criação publicitária.
- Técnicas de persuasão em publicidade e propaganda.
- Ética na publicidade.

Design e Tecnologias em Design Gráfico

- Princípios básicos de design.
- Tipografia e sua importância no design gráfico.
- Cores e sua aplicação no design.
- Ferramentas e softwares de design gráfico (exemplo: Adobe Photoshop, Illustrator e InDesign).
- Tendências atuais em design gráfico.

Jornalismo e Relações Públicas

- Princípios básicos do jornalismo.
- Gêneros jornalísticos: notícia, reportagem, entrevista, editorial, entre outros.
- Relações entre jornalismo e relações públicas.



- Estratégias de assessoria de imprensa e comunicação corporativa.
- Gestão de crises de imagem.

GRUPO VIII - GRADUAÇÃO (ÁREA DA SAÚDE):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiado brasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.



5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução à Saúde Pública:

- Definição de saúde pública
- História da saúde pública
- Principais conceitos e terminologias
- Epidemiologia:

Conceitos básicos de epidemiologia

- Medidas de frequência e associação
- Fontes de dados em epidemiologia
- Microbiologia e Parasitologia:

Conceitos básicos de microbiologia e parasitologia

- Principais microrganismos patogênicos
- Ciclo de vida de parasitas comuns
- Nutrição e Dietética:

Fundamentos de nutrição e alimentação saudável

- Avaliação do estado nutricional
- Principais nutrientes e suas funções no organismo
- Promoção e Prevenção em Saúde:

Estratégias de promoção da saúde

- Prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis
- Papel da educação em saúde

GRUPO IX – ENSINO MÉDIO/TÉCNICO:

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história e meio ambiente.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>



<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.

6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.



6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução:

- Conceitos básicos de administração e tecnologia da informação.
- Interconexões entre áreas administrativas e tecnologia.
- Importância das habilidades em administração, informática e gestão para profissionais do ensino médio/técnico.

Administração

- Fundamentos da administração: planejamento, organização, direção e controle.
- Funções administrativas e suas aplicações.
- Teorias da administração: clássica, burocrática, sistêmica, contingencial, entre outras.
- Ética e responsabilidade social na administração.

Informática Básica

- Introdução à informática: hardware, software e periféricos.
- Sistemas operacionais mais comuns (Windows, macOS, Linux).
- Ferramentas de produtividade: processadores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações.
- Internet e navegação segura.

Sistemas de Informação

- Conceitos de sistemas de informação.
- Componentes de um sistema de informação: hardware, software, pessoas, dados e procedimentos.
- Tipos de sistemas de informação: transacionais, gerenciais e estratégicos.
- Impacto da tecnologia da informação nas organizações.

Contabilidade e Finanças

- Princípios básicos de contabilidade.
- Demonstrativos financeiros: balanço patrimonial, demonstrativo de resultado do exercício (DRE) e fluxo de caixa.
- Análise de indicadores financeiros.
- Noções básicas de gestão financeira.

Logística e Recursos Humanos

- Conceitos básicos de logística.
- Cadeia de suprimentos e gestão de estoques.
- Recursos humanos: recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento.
- Gestão de pessoas e liderança.

GRUPO X - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA ADMINISTRATIVA):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história, meio ambiente e cultura.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>



<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadoBrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.

2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.

3. Morfossintaxe e Sintaxe.

3.1 A oração e seus termos.

3.1.1 Emprego das classes de palavras.

3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.

3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.

3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

3.2 O período e sua construção.

3.2.1 Período simples e período composto.

3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.

3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.

3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.

3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.

3.5 Uso da crase.

4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.

5. Semântica.

5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).

5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.

5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.

5.4 Valores semânticos das classes de palavras.

5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.

5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.

6. Leitura, análise e interpretação de texto.

6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.

6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.



6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.

6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Introdução à Administração Pública

- Conceitos básicos de administração pública.
- Princípios constitucionais da administração pública.
- Estrutura e funcionamento dos órgãos públicos.

Processo Administrativo

- Noções de processo administrativo: formação, desenvolvimento e término.
- Atos administrativos: conceito, classificação e requisitos.
- Procedimentos licitatórios e contratos administrativos.

Gestão de Pessoas na Administração Pública

- Recrutamento, seleção e treinamento de servidores públicos.
- Avaliação de desempenho e progressão na carreira.
- Políticas de remuneração e benefícios.

Orçamento Público

- Elaboração, execução e controle do orçamento público.
- Ciclo orçamentário: planejamento, elaboração, execução e avaliação.
- Lei de Responsabilidade Fiscal e transparência na gestão fiscal.

GRUPO XI - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL - CÍVEL), GRUPO XII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL - DIREITO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE), GRUPO XIII - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL - DIREITO EMPRESARIAL) e GRUPO XIV - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL - DIREITO PÚBLICO):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história e meio ambiente.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.



- 1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).
- 1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.
2. Morfologia.
 - 2.1 Estrutura e formação de palavras.
 - 2.2 Classes de palavras.
 - 2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.
 - 2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.
3. Morfossintaxe e Sintaxe.
 - 3.1 A oração e seus termos.
 - 3.1.1 Emprego das classes de palavras.
 - 3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.
 - 3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.
 - 3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.
 - 3.2 O período e sua construção.
 - 3.2.1 Período simples e período composto.
 - 3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.
 - 3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.
 - 3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.
 - 3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.
 - 3.5 Uso da crase.
4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.
5. Semântica.
 - 5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).
 - 5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.
 - 5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.
 - 5.4 Valores semânticos das classes de palavras.
 - 5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.
 - 5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.
6. Leitura, análise e interpretação de texto.
 - 6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.
 - 6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.
 - 6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.
 - 6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO CIVIL 1. Do Sistema do Código Civil. Fundamentos axiológicos. Princípios Gerais de Direito. 2. Das Normas Gerais do Direito Brasileiro. Interpretação da norma jurídica. Direito subjetivo e potestativo. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LICC). 3. Das Pessoas. Pessoa Natural. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência.



Da curadoria dos bens do ausente. Da sucessão provisória. Da sucessão definitiva. Pessoa jurídica. Disposições gerais. Das associações. Das fundações. 4. Do Domicílio. Domicílio da pessoa natural. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio do incapaz, do servidor público, do militar, do marítimo e do preso. 5. Dos Bens. Bens considerados em si mesmo. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Distinção dos particulares. Classificação. 6. Dos Fatos Jurídicos. Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências. Invalidez do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo. Prova dos fatos jurídicos. 7. Dos Atos Jurídicos Lícitos e dos Atos Ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. 8. Da Prescrição e da Decadência. Conceitos. Tratamento dispensado pelo atual Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento ex officio e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Causas, fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Meios de prova. 9. Das Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações. 10. Dos Contratos em Geral. Normas gerais. Tendências atuais do Direito Contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado. Função social do contrato. Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva. 11. Dos Contratos em Espécie. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Compromisso de compra e venda. Direitos do promitente comprador. Permuta, contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo, comodato e mútuo. Prestação de serviço, empreitada e depósito. Mandato, comissão, agência e distribuição e corretagem. Transporte, seguro e fiança. Constituição de renda, jogo e aposta. Transação e compromisso. Contratos agrários. Parceria e arrendamento. 12. Atos Unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. 13. Da Responsabilidade Civil. Obrigação de indenizar. Elementos essenciais à responsabilidade civil. Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas. Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público. Natureza da responsabilidade, atos omissivos, sujeitos passivos, atos judiciais em geral, erro judiciário. Indenização. 14. Da Posse. Conceito e classificação. Detenção. Aquisição. Efeitos e perda. Composses e defesa dos direitos possessórios. Posse justa, violenta, clandestina e precária. Posse de boa-fé. Constituto possessório. Aquisição, efeitos, desforço próprio. Direitos do possuidor de boa-fé. Obrigações e direitos do possuidor de má-fé. Exceptio proprietatis. Perda da posse. 15. Da Propriedade. Direitos inerentes à propriedade, finalidades econômica e social, privação do direito de propriedade, situações. Aquisição da propriedade imóvel. Modos. Usucapião, tipos e prazos, justo título, accessio possessionis. Aquisição pelo registro do título. Aquisição da propriedade móvel: modos, prazos, justo título e boa-fé. Tradição. Perda da propriedade. Formas. Direitos de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Meios e formas de aferição. Interferências justificadas por interesse social. Indenização. Dano iminente. Ameaça de ruína. Da passagem forçada. Limites entre prédios. Direito de construir. Condomínio. Condomínio voluntário e necessário. Administração. Condomínio edilício. Extinção. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Alienação fiduciária. 16. Outros Direitos Reais. Superfície. Servidão. Forma de constituição, exercício e extinção. Usufruto. Direitos e deveres do usufrutuário. Extinção do usufruto. Uso. Habitação. Penhor, hipoteca e anticrese. 17. Direito de Família. Direitos pessoais. Casamento. Formas, pressupostos, capacidade, impedimentos, causas



suspensivas, celebração, provas, nulidade, anulabilidade e eficácia. Dissolução do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Formas, causas, hipóteses de impossibilidade de vida em comum. Separação, divórcio e proteção da pessoa dos filhos. Relação de parentesco, filiação, reconhecimento dos filhos, adoção, poder familiar e bem de família. 18. Direito de Família. Direitos patrimoniais. Regimes de bens no casamento, usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Conceito, abrangência, finalidade, pressupostos, critérios e características da obrigação. 19. Da União Estável e do Concubinato. União estável. Conceito, condições, impedimentos, deveres, causas suspensivas do casamento e a união estável, regime patrimonial. Concubinato. Conceito e reconhecimento judicial. 20. Do Direito das Sucessões. Da sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Testamentos público, cerrado e particular. Codicilo. Legados e sua caducidade. Testamentos especiais. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação de bens. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação de partilha.

21. Registros Públicos. Natureza dos serviços. Delegação. Fé pública. Lei nº 8.935/94. Registro de imóveis. Princípios de regência do registro imobiliário. Atos sujeitos a registro. Averbações. Registro de Títulos e Documentos. Atos sujeitos a registro. Sociedades religiosas e partidos políticos. Competência para registro dos atos constitutivos e estatutos. Registro Civil das Pessoas Naturais. Atos sujeitos a registro. Tabelionatos de Notas e Tabelionatos de Protestos Cambiais. Competência dos titulares. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 1. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do direito processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito processual constitucional. 2. Jurisdição. Características. Espécies. Organização Judiciária. Distinção em relação às demais funções do Estado. Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Do auxílio direto e da carta rogatória. Organização Judiciária do RGS (COJE - Lei Estadual nº 7.356/80). Regimento Interno e Resolução nº 01/98 do TJRS. Consolidação Normativa Judicial do RGS. 3. Competência. Critérios de determinação e de modificação. 4. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência Judiciária. Lei de Custas do RGS (Taxa Única de Serviços Judiciais - Lei Estadual nº 14.634/2014). Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. 5. A ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação da ação. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento. 6. Dos sujeitos do processo. Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Dos deveres das partes e dos procuradores. Da sucessão das partes e procuradores. Partes e terceiros no processo civil. Modalidades de intervenção de terceiros. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Do Juiz e dos auxiliares da justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. 7. Da Advocacia Pública e Privada. Lei nº 8.906/94 e Legislação Complementar (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil). Direitos Constitucionais Aplicáveis. Regulamento Geral da OAB e Código de Ética da Advocacia. Da Advocacia Privada em favor do beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita. 8. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos processuais eletrônicos. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Citação. Cartas. Intimações. Das Nulidades. Do valor da causa. 9. Da tutela provisória. Tutelas de urgência e evidência. Tutela provisória de urgência antecipada e cautelar. Concessão em caráter antecedente ou incidental. Procedimentos. Hipóteses e possibilidade de concessão da liminar nas tutelas de evidência. Fungibilidade. 10. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do processo de conhecimento. Do procedimento comum. Petição inicial. Requisitos. Juízo de admissibilidade. Do indeferimento da petição



inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da conversão da ação individual em ação coletiva. Defesa do réu. Contestação. Reconvenção. Da revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Do julgamento antecipado parcial do mérito. Do saneamento e da organização do processo. 11. Da audiência preliminar. Da audiência de instrução e julgamento. Da conciliação e da mediação. Distinções. Conciliadores e mediadores. Capacidade e impedimentos. Superendividamento. 12. Das provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. 13. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Liquidação de sentença. Formas. 14. Recursos. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Princípios gerais da Teoria Geral dos Recursos. 15. Apelação. Cabimento. Procedimento. Pedido de efeito suspensivo. Recurso adesivo. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. 16. Uniformização de jurisprudência. Recursos aos Tribunais Superiores. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário. Cabimento. Procedimento. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Pedido de efeito suspensivo. Precedentes judiciais. Mecanismos de valorização. Súmulas. Súmula Vinculante. 17. Da ordem dos processos nos Tribunais. Incidente de Assunção de Competência. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória. Ação Rescisória. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Reclamação. 18. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Ação de Consignação em Pagamento. Ação de Exigir Contas. Ações possessórias. Manutenção e Reintegração de Posse. Interdito proibitório. Ações de Divisão e de Demarcação de Terras Particulares. 19. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Inventário e Partilha. Embargos de Terceiro. Habilitação. Ações de família. Ação Monitoria. Homologação do penhor legal. Regulação de avaria grossa. Restauração de autos. 20. Da arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça). Instauração da arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e substituição do árbitro. Responsabilidade do árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a arbitragem. 21. Remédios de tutela em face do Poder Público. Mandado de segurança. Ação Popular. Habeas Data. Ação de improbidade administrativa. 22. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. 23. Do direito processual coletivo. Ação Civil Pública. Tutela dos interesses transindividuais. Ações Coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. Leis nºs 7.347/85 e 8.078/90. 24. Execução. Características. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. 25. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para execução de obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa e incerta. Procedimento. Peculiaridades. 26. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Procedimento. Penhora, avaliação e expropriação. Pagamento ao credor. 27. Execução para a entrega de coisa. Execução especial: Execução contra a Fazenda Pública, execução fiscal e execução de alimentos. 28. Defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial. Ações autônomas de impugnação à execução. Exceção de pré-executividade. 29. Procedimento sumário e procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Juizados Especiais Federais. Procedimentos diferenciados. 30. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Características. Notificação. Interpelação. Alienação judicial. Divórcio e separação consensuais. Extinção consensual de união estável. Alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Curatela dos interditos. Tutela. Organização e fiscalização das Fundações. Especialização da hipoteca legal. Emancipação. Sub-rogação. Alienação, arrendamento ou oneração de bens de incapazes. Alienação de quinhão em coisa comum. Extinção do usufruto e de fideicomisso. 31. Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Revocatória. Ação Revisional. Ação Consignatória. 32. Divórcio. Inventário e Partilha Extrajudiciais. 33. Ações de Direito de Família. 34. Pedido de suspensão de



liminares e de sentenças. Leis nºs 4.348/64 e 8.437/92. 35. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO DO CONSUMIDOR 1. Dos Direitos do Consumidor. O Código de Defesa do Consumidor. Conceito de Consumidor. Conceito de consumidor por equiparação. Conceito de fornecedor. Conceito de produto e serviço. 2. Da Política Nacional de Relações de Consumo. 3. Dos Direitos Básicos do Consumidor. 4. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos. Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da decadência e da prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. 5. Das Práticas Comerciais. Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores. 6. Da Proteção Contratual. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão. 7. Das Sanções Administrativas. 8. Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da coisa julgada. 9. Da prova. A tutela protetiva. 10. Da tutela específica nas obrigações de fazer/não fazer. 11. Das ações coletivas para a defesa dos interesses individuais homogêneos, da sentença coletiva, incidência, liquidação e execução. 12. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Conceito e formas de tutela. 13. O sistema nacional de defesa do Consumidor. A política Nacional de Relações de Consumo- SNDC/PROCON. 14. Relações de consumo no serviço público. 15. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 1. Constituição Federal de 1988 – Infância e Juventude. 2. Normativa internacional atinente à infância e à juventude. 3. ECA e legislação complementar. 4. Princípios e definições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. Dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. 6. Da família natural e da família substituta. Poder familiar. Guarda. Adoção. Tutela. 7. Da prevenção. 8. Da política de atendimento. 9. Das medidas de proteção e das medidas pertinentes a pais e responsáveis. 10. Da prática de atos infracionais. 11. Do Conselho Tutelar. 12. Do acesso à Justiça. Do Juízo da Infância e Juventude, sua competência, seus procedimentos e recursos. Dos Serviços Auxiliares. Do Ministério Público. Do advogado e da Defensoria Pública. Autorização para viagens. Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. 13. Organização judiciária: peculiaridades do RS. Competências judiciais e administrativas. Juizados Regionais da infância e Juventude. Competências extraterritoriais. Competências recursais. Autoridade Central Estadual para adoção. Coordenadoria da infância e da Juventude. 14. Dos crimes e das infrações administrativas. 15. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO CONSTITUCIONAL 1. Constituição e Direito Constitucional: conceitos de Constituição; noções gerais; ciclos constitucionais; classificação das Constituições; divisão do Direito Constitucional; relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas; fontes do Direito Constitucional; evolução histórica das constituições brasileiras; preâmbulo das Constituições; Poder constituinte e mudança constitucional. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2. Princípios fundamentais: princípios constitucionais. República Federativa do Brasil. O poder e sua divisão. Estado democrático de direito. Direitos humanos e seus tratados internacionais protetivos. 3. Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição. Norma constitucional e a ordem jurídica anterior; a Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional. Interpretação constitucional. 4. Direitos e garantias fundamentais. Perspectiva histórico-evolutiva, conceito, a dupla dimensão objetiva e subjetiva, titularidade e destinatários, aplicabilidade, limites e restrições. Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos. 5. Ações constitucionais: Habeas corpus. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular. Ação civil pública. 6. Organização do Estado: estrutura federativa brasileira. União, Estados-Membros, Municípios, Distrito Federal, Territórios. Repartição de competências. Intervenção. 7. Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário. 8. Poder Legislativo. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunais de Contas. 9. Poder Judiciário. Organização Judiciária. Magistrados: prerrogativas, garantias e vedações. Natureza da



jurisdição, seu monopólio e partição das competências. Independência e controle externo. Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. 10. Controle de constitucionalidade: formas de controle. Inconstitucionalidade: as diversas faces. Controle difuso. Ação direta de inconstitucionalidade, inclusive por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Técnicas de decisão. Mandado de injunção. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação interventiva. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal. Controle de convencionalidade. 11. Estados-Membros: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competência, autonomia e limitações. 12. Municípios: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competências, autonomia e limitação. 13. Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis. A tributação e o orçamento. 14. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças Armadas e Segurança Pública. 15. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. A intervenção do Estado: condições e possibilidades. A propriedade na ordem econômica: propriedades urbana e rural. Sistema financeiro. 16. Ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Família: criança, adolescente, jovem, idoso. Os índios. 17. Emendas Constitucionais. Conteúdos. 18. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO EMPRESARIAL 1. Direito de Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. 2. Sociedade. Disposições gerais. Sociedade não personificada: sociedade em comum, sociedade em conta de participação. Sociedade personificada: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperativa, sociedades coligadas, liquidação da sociedade, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, sociedade dependente de autorização, responsabilidade dos sócios e dos administradores das sociedades, proteção da sociedade contra a vontade do sócio, unipessoalidade superveniente, falência de sócio, sociedade entre cônjuges. 3. Estabelecimento empresarial. Disposições gerais. 4. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Escrituração. 5. Empresário Individual. Direito do Consumidor. Desconsideração da pessoa jurídica. 6. Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 7. Preferências e privilégios creditórios. 8. Microempresa e empresa de pequeno porte. 9. Títulos de crédito. 10. Protesto. 11. Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras. 12. Propriedades industrial e intelectual. CADE e INPI. 13. Contratos empresariais: compra e venda, comissão, alienação fiduciária em garantia, leasing, factoring e franchising. 14. Cartões de crédito. Sistema financeiro: Público e Privado. Operações bancárias. Contratos de abertura de crédito e de mútuo. 15. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO TRIBUTÁRIO 1. Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios Constitucionais. Princípios Gerais com especial repercussão no âmbito tributário. Princípios específicos. Imunidades. Normas tributárias fora do capítulo do Sistema Tributário Nacional. Alterações promovidas por Emendas Constitucionais. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 2. Tributo e suas espécies. Conceito, definição e características. Determinação da natureza jurídica específica do tributo. Denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. 3. Espécies tributárias. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais, contribuições interventivas, contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. Preço público, tarifa e pedágio. 4. Competência tributária. Conceito e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Repartição de competências tributárias. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Bitributação e bis in idem. 5. Imunidades tributárias. Conceito. Classificação. Imunidades genéricas e imunidades específicas. 6. Normas gerais de Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Conceito e espécies. Fontes legislativas. Atos administrativos normativos. Jurisprudência. Doutrina. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 7. Norma jurídica tributária. Conceito.



Classificação. A regra-matriz de incidência tributária. 8. Fato gerador. Conceito. Disciplina do CTN. Hipóteses de incidência tributária e seus aspectos. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal. Consequente aspecto pessoal e aspecto quantitativo. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN. Classificações dos fatos geradores. Efeitos do fato gerador. 9. Obrigação tributária. Obrigação tributária principal e acessória. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade. Capacidade tributária passiva e domicílio tributário. 10. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores. Responsabilidade em sentido estrito. Responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. Substituição tributária. 11. Constituição do Crédito tributário. Lançamento tributário: conceito, natureza jurídica, atributos, alterabilidade, modalidades e revisão. O lançamento por homologação e suas peculiaridades. 12. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos administrativos. Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada. Parcelamento. 13. Extinção do crédito tributário. Pagamento e suas modalidades. Consignação em pagamento. Pagamento indevido e restituição do indébito. Conversão do depósito em renda. Pagamento antecipado e homologação do lançamento. Dação em pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Decadência. Prescrição. Decisão administrativa final. Decisão judicial passada em julgado. 14. Exclusão do crédito tributário. Isenção e imunidade. Espécies de isenções. Isenção e alíquota zero. Anistia. 15. Infrações e sanções tributárias. Modalidades de sanções tributárias. Sanções políticas. Denúncia espontânea. Ilícitos administrativos tributários. 16. Garantias e privilégios do crédito tributário. A disciplina do CTN. Preferências. 17. Administração tributária. Conceito e sua disciplina constitucional. A disciplina do CTN. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas. 18. Impostos Estaduais. Alíquotas, no contexto do Sistema Tributário Nacional. Competência dos Estados-Membros e do Distrito Federal em matéria de impostos. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos - ITCMD. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Participação direta dos Estados no produto da arrecadação de impostos federais. 19. Impostos Municipais. Alíquotas, no contexto do Sistema Tributário Nacional. Competência dos Municípios em matéria de impostos. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Imposto sobre Prestações de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Casos relevantes de incidência do ISSQN. Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. ITBI e Imunidades. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Participação direta dos Municípios no produto da arrecadação de impostos federais e estaduais. 20. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO ADMINISTRATIVO 1. A Formação Histórica do Direito Administrativo. 2. A Constitucionalização do Direito Administrativo. 3. Administração Pública Direta. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração Pública Indireta. Autarquias. Agências Reguladoras. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Consórcio Público. 4. Princípios da Administração Pública, inclusive Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso às Informações, e Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção. 5. Poderes Administrativos. Normativo. Disciplinar. Hierárquico. Discricionariedade Administrativa. Poder de Polícia. 6. Ato Administrativo. Conceito. Requisitos de legalidade. Atributos. Elementos. Classificação. Espécies. Extinção. Revogação. Invalidação. 7. Processo Administrativo. Conceito. Modalidades. Princípios. Fases do Processo Administrativo. Lei de Processo Administrativo Federal, Lei nº 9.784/99. 8. Contratos Administrativos. Características. Rescisão. Modalidades. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo. 9. Licitações. Princípios. Dispensa e Inexigibilidade. Modalidades. Procedimento. Invalidação



e Revogação. Recursos Administrativos. Regime Diferenciado de Contratação. Lei nº 10.520 (Pregão) e Lei nº 12.462/2011. 10.Serviços Públicos. Conceito. Os Serviços Públicos na Constituição Federal. Obra Pública. Concessão, Permissão e Autorização. A Parceria Público-Privada. 11.Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada. Modalidades. Limitação Administrativa. Ocupação Administrativa. Requisição Administrativa. Tombamento. Servidão Administrativa. Desapropriação. 12.Bens Públicos. Classificação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Aquisição e Alienação. Uso de Bens Públicos por Particulares. Bens Públicos em Espécie. 13.Administração Pública e o Direito à Saúde. Noções de Direito Sanitário. Os Princípios do Direito Sanitário. Legislação de Direito Sanitário. 14.Administração Pública, Pessoa com Deficiência e Inclusão, e respectivo marco normativo. Lei nº 13.146, 06/07/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência. 15.Responsabilidade Extracontratual do Estado. Evolução. Fundamentos da Responsabilidade do Estado. Causas Excludentes e Atenuantes da Responsabilidade do Estado. Responsabilidade do Estado por Omissão. Responsabilidade do Estado e Atos do Poder Legislativo. Responsabilidade do Estado e Atos Jurisdicionais. 16.Controle da Administração Pública. Controle externo. Controle interno. Conselho Nacional de Justiça. Tribunal de Contas. Competências. Composição. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Controle Jurisdicional. Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. 17.Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação dos Agentes Públicos. Cargo Público, Emprego Público e Função Pública. Normas Constitucionais Aplicáveis. Aposentadoria. Direitos e Deveres. Responsabilidade. 18.Improbidade Administrativa. Evolução da Legislação. Lei de Improbidade Administrativa. Atos de Improbidade Administrativa. Sanções por Ato de Improbidade Administrativa. Procedimentos Administrativo e Judicial. 19.Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas pela prática de Atos Contra a Administração Pública. Atos Lesivos à Administração Pública. Responsabilidade Administrativa. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Responsabilidade Judicial. Cadastro Nacional das Empresas Punidas. 20.Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/00. 21.Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

GRUPO XV - PÓS-GRADUAÇÃO (ÁREA JURISDICIONAL - CRIMINAL):

CONHECIMENTOS GERAIS:

Informações referentes a temas relacionados à cidadania, consciência ecológica, geografia, história e meio ambiente.

<https://g1.globo.com/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/>

<https://www.historiadobrasil.net/>

<https://brasilecola.uol.com.br>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.todamateria.com.br/>

<https://www.infoescola.com/>

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Ortografia.

1.1 Sistema oficial (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica).

1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia.

2. Morfologia.

2.1 Estrutura e formação de palavras.

2.2 Classes de palavras.



- 2.3 Flexão nominal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.
- 2.4 Flexão verbal da língua portuguesa: padrões regulares e formas irregulares.
- 3. Morfossintaxe e Sintaxe.
 - 3.1 A oração e seus termos.
 - 3.1.1 Emprego das classes de palavras.
 - 3.1.2 Sintaxe de colocação das palavras.
 - 3.1.3 Regência nominal e verbal da língua portuguesa.
 - 3.1.4 Concordância nominal e verbal da língua portuguesa.
 - 3.2 O período e sua construção.
 - 3.2.1 Período simples e período composto.
 - 3.2.2 Coordenação: processos, formas e sentidos.
 - 3.2.3 Subordinação: processos, formas e sentidos.
 - 3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas.
 - 3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre.
 - 3.5 Uso da crase.
- 4. Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido.
- 5. Semântica.
 - 5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia).
 - 5.2 Conotação e denotação; sentido figurado, sentido literal.
 - 5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases.
 - 5.4 Valores semânticos das classes de palavras.
 - 5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais.
 - 5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período.
- 6. Leitura, análise e interpretação de texto.
 - 6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, adequação de linguagem.
 - 6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e implícitos na leitura do texto.
 - 6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática.
 - 6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO PENAL 1. Princípios de Direito Penal. 2. Fontes do Direito Penal. 3. Interpretação das Leis Penais. 4. Aplicação da Lei Penal. 5. Crime. Conceito. Classificação. Relação de causalidade. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Crime doloso e crime culposo. Agravamento pelo resultado. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime. 6. Tipicidade. Conceito de tipo, resultado, nexos de causalidade e excludentes. Erro sobre elementos do tipo. Discriminantes putativas. Erro determinado por terceiro. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato. 7. Elementos do Crime. Dolo e Culpa. 8. Ilicitude. Conceito. Excludentes. 9. Culpabilidade. 10. Erro de tipo e erro de proibição. 11. Concurso de pessoas. 12. Penas. Teoria Geral da Pena. Espécies de pena. 13. Penas privativas de liberdade. Regimes. Direitos do preso. Progressão e Regressão. Trabalho do preso. Legislação especial. Superveniência de doença



mental. Detração. 14.Penas restritivas de direito. Conceito. Espécies. Requisitos. Conversão. 15.Pena pecuniária. Conceito. Critérios de fixação. Valores. Pagamento.

16.Aplicação da pena. Fases Cominação das penas. Limite das penas. 17.Concurso de infrações. 18.Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. 19.Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. 20.Concurso de crimes. Concurso formal. Concurso material. Crime continuado. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. 21.Ação penal. 22.Extinção da punibilidade. 23.Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitación da vida e da saúde. Rixa. 24.Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos. Crimes cibernéticos ou digitais. 25.Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo. Extorsão. Extorsão mediante sequestro. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Apropriação indébita previdenciária. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza. Apropriação de coisa achada. Estelionato e outras fraudes. Receptação. 26.Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 27.Crimes contra a dignidade sexual. 28.Crimes de Lenocínio e de tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Do ultraje público ao pudor. 29.Crimes contra a família. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela. 30.Crimes contra a incolumidade pública. Crimes de perigo comum. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. 31.Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. 32.Crimes contra a administração da justiça. Crimes contra as finanças públicas. 33.Contravenções penais (Lei nº 3.688/41). 34.Crimes de responsabilidade. Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto-Lei nº 201/67). 35.Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). 36.Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/51). 37.Crimes definidos na Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13). 38.Crimes definidos na Lei de Falências. 39.Crimes de “Lavagem” de Dinheiro/Capitais (Lei nº 9.613/98). 40.Crimes contra o meio ambiente. 41.Crimes definidos no Estatuto do Índio. 42.Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). 43.Crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. 44. Crimes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15). 45.Crimes definidos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). 46.Crimes definidos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). 47.Crimes de drogas (Lei nº 11.343/06). 48.Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). 49.Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). 50.Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90) 51. Crimes contra a relação de consumo (Lei nº 8.078/90). 52.Crimes de violência doméstica e familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/06). 53.Crime contra os idosos (Lei nº 10.741/03). 54.Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO PROCESSUAL PENAL 1. Processo penal em geral. Disposições preliminares. Sistemas processuais. Princípios processuais penais contidos no Código de Processo Penal, em leis ordinárias, na Constituição Federal e nos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil. 2. Da fase preliminar do processo penal. Modelos de investigação criminal, poderes e deveres investigatórios. Metodologias investigatórias: agentes encoberto, infiltrado e provocador; delação; intervenções corporais; monitoramento; captações acústicas e visuais. Atos de investigação, atos de prova e argumentos de prova. 3. Da ação penal e ação civil derivada do ilícito criminal. 4. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes. 5.Partes e sujeitos processuais. O Juiz. O Ministério Público. A defesa pública e a privada. O acusado. Querelante. O assistente da acusação. A vítima. Peritos. Funcionários da Justiça. 6. Da prova. Princípios. Espécies: perícias, documentos e testemunhas. Interrogatório e confissão. Reconhecimento e acareação. Provas típicas e atípicas. Litude, ilicitude e regras de exclusão. Delação. Prova emprestada. 7.Prisão, Medidas cautelares reais e Liberdade provisória. 8. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 9. Comunicação dos atos processuais.



Citação e intimação. 10.Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Acórdãos. Decisões monocráticas. Coisa julgada. 11.Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais (Código de Processo Penal e Leis especiais). Procedimento relativo a processos de competência do Tribunal do Júri. 12.Defeitos processuais. Inexistência. Irregularidades. Nulidades. Inadmissibilidade. Inutilização.

13.Sistema recursal criminal. Duplo pronunciamento. Princípios. Requisitos. Procedimento nos julgamentos. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Agravo em Execução. Embargos Infringentes e de nulidade. Embargos Declaratórios. Recursos previstos na Constituição Federal e nos Regimentos Internos dos Tribunais. 14.Remédios impugnativos autônomos. Habeas Corpus. Reclamação. Mandado de Segurança. Correição Parcial. Revisão Criminal. 15.Execução Criminal. Princípios, garantias e regras constitucionais aplicáveis à execução da pena e aos cárceres. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Da execução das penas em espécie. Incidentes da execução. Dos procedimentos administrativos disciplinares e judiciais. Graça, Indulto, Anistia e Reabilitação. Execução de Medidas de Segurança. 16.Juizados Especiais Criminais e Lei de Execução Penal (Leis nºs 9.099/95 e 7.210/84). 17.Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). 18.Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13). 19.Lei de Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). 20.Lei(s) dos Crimes Ambientais. 21.Lei de Falências. 22.Criança e Adolescente. Violência Doméstica. Idoso. Tráfico. Trânsito e delação premiada (Leis nºs 8.069/90, 11.340/06, 10.741/03, 11.343/06, 9.503/97 e 9.807/99). 23. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO CONSTITUCIONAL 1. Constituição e Direito Constitucional: conceitos de Constituição; noções gerais; ciclos constitucionais; classificação das Constituições; divisão do Direito Constitucional; relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas; fontes do Direito Constitucional; evolução histórica das constituições brasileiras; preâmbulo das Constituições; Poder constituinte e mudança constitucional. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2.Princípios fundamentais: princípios constitucionais. República Federativa do Brasil. O poder e sua divisão. Estado democrático de direito. Direitos humanos e seus tratados internacionais protetivos. 3. Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição. Norma constitucional e a ordem jurídica anterior; a Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional. Interpretação constitucional. 4. Direitos e garantias fundamentais. Perspectiva histórico-evolutiva, conceito, a dupla dimensão objetiva e subjetiva, titularidade e destinatários, aplicabilidade, limites e restrições. Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos. 5.Ações constitucionais: Habeas corpus. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular. Ação civil pública. 6. Organização do Estado: estrutura federativa brasileira. União, Estados-Membros, Municípios, Distrito Federal, Territórios. Repartição de competências. Intervenção. 7. Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário. 8.Poder Legislativo. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunais de Contas. 9.Poder Judiciário. Organização Judiciária. Magistrados: prerrogativas, garantias e vedações. Natureza da jurisdição, seu monopólio e partição das competências. Independência e controle externo. Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. 10.Controle de constitucionalidade: formas de controle. Inconstitucionalidade: as diversas faces. Controle difuso. Ação direta de inconstitucionalidade, inclusive por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Técnicas de decisão. Mandado de injunção. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação interventiva. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal. Controle de convencionalidade. 11.Estados-Membros: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competência, autonomia e limitações. 12.Municípios: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competências, autonomia e limitação. 13.Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis. A tributação e o orçamento. 14.Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças Armadas e Segurança Pública. 15.Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. A intervenção do Estado: condições e possibilidades. A propriedade na



ordem econômica: propriedades urbana e rural. Sistema financeiro. 16. Ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Família: criança, adolescente, jovem, idoso. Os índios. 17. Emendas Constitucionais. Conteúdos. 18. Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).



ANEXO II

REQUERIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

- () Recurso da Homologação das inscrições
- () Recurso do Gabarito Preliminar
- () Recurso das Notas da Prova

Nº da inscrição: _____

Nº CPF: _____

Data e hora da prova: _____

Preencha o campo abaixo com a justificativa para seu recurso:

Enviar este requerimento de recurso para o e-mail: processoseletivoTJ@cieers.org.br dentro do prazo estabelecido em Edital nº 001/2025.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura da pessoa candidata

ANEXO III

**REQUERIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
PARA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL**

Nome da pessoa candidata: _____

Nº da Inscrição: _____

() Venho por meio deste, assegurar o direito de inscrição no referido Processo Seletivo, para concorrer às vagas reservadas as Pessoas com Deficiência, conforme disposto **DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA** – deste Edital.

Tipo de deficiência:

() Venho por meio deste **solicitar condições especiais** para o dia de prova. Descrever qual condição especial necessita. Motivo/Justificativa:

Preencher os dados abaixo, com base no laudo.

- Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID:

- Nome do Médico Responsável pelo laudo:

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura da pessoa candidata



ANEXO IV

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS

Nome da pessoa candidata: _____

Nº da inscrição: _____

Venho por meio deste, assegurar o direito de inscrição neste referido Processo Seletivo, para concorrer às vagas reservadas para:

() PESSOAS PRETAS

() PESSOAS PARDAS

Declaro ainda que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração:

_____, ____ de _____ de 2025.



ANEXO V

CRONOGRAMA PREVISTO

Data	CRONOGRAMA PREVISTO
05/03/2025	Publicação do Edital de Abertura do Processo Seletivo
05/03/2025 a 17/03/2025	Período de Inscrições pela internet (www.cieers.org.br)
17/03/2025	Último dia para envio do Laudo Médico
17/03/2025	Último dia para envio do Formulário de autodeclaração
19/03/2025	Divulgação da Listagem Preliminar de Inscritos
20/03/2025	Período de Recursos – Listagem Preliminar de Inscritos
24/03/2025	Resultado dos Recursos - Homologação das Inscrições – Lista Oficial
27/03/2025 a 28/03/2025	Período de <i>download</i> do Safe Exam Browser para aplicação da prova <i>online</i>
01/04/2025	Divulgação dia e horário das provas objetivas <i>online</i>
07/04/2025 a 11/04/2025	Período de aplicação das Provas Objetivas <i>online</i>
14/04/2025	Divulgação dos Gabaritos Preliminares das provas objetivas <i>online</i>
15/04/2025	Período de Recursos - Gabaritos Preliminares das provas objetivas <i>online</i>
24/04/2025	Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração de Gabaritos Preliminares das provas objetivas <i>online</i>
24/04/2025	Divulgação dos Gabaritos Oficiais das provas objetivas <i>online</i>
24/04/2025	Divulgação das notas preliminares das Provas objetivas <i>online</i>
25/04/2025	Período de recursos - notas preliminares das Provas objetivas <i>online</i>
30/04/2025	Divulgação das justificativas para manutenção/alteração das notas preliminares das Provas objetivas <i>online</i>
30/04/2025	Divulgação das notas oficiais das Provas objetivas <i>online</i>
30/04/2025	Lista de resultado dos candidatos em ordem alfabética
30/04/2025	Lista de resultado dos candidatos com Deficiência em ordem alfabética
30/04/2025	Lista de resultado dos candidatos negros em ordem alfabética
30/04/2025	Lista Final para Homologação em ordem de classificação
30/04/2025	Edital de Homologação